



MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO

GLOBALIZATION OF CAPITAL IN THE BRAZILIAN SUGAR-ENERGETIC SECTOR

Daniel Féo Castro de Araújo – UnB – Brasília – Distrito Federal – Brasil
Daniel.feo@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo examinar a internacionalização da agricultura brasileira, com ênfase na produção sucroenergética, nos ares da mundialização, com vistas à circulação de capitais e bens na produção de etanol. A pesquisa justifica-se pelo fato de que o Brasil é o maior produtor de etanol de cana-de-açúcar, sendo um setor fundamental para a economia e o agronegócio brasileiro. A presente pesquisa recorreu à revisão bibliográfica e à elaboração de um referencial teórico para avaliar o tema em questão. A relevância do estudo está em aprofundamento dos debates acerca da Geografia Agrária e Econômica, áreas largamente debatidas na Ciência Geográfica. Concluímos que é necessário incentivar a emergência de forças endógenas de desenvolvimento, diante da internacionalização da agricultura brasileira. Para tal, é necessário que haja um projeto nacional e uma aliança estratégica entre agricultores, empresários e especialistas, construídos a partir de um profundo debate democrático.

Palavras-chave: Setor sucroenergético; Desregulamentação; Território; Mundialização; internacionalização.

ABSTRACT

This study aims to examine the internationalization of Brazilian agriculture, with emphasis on sugar-energy production, in the air of globalization, with a view to the circulation of capital and goods in the production of ethanol. The research is justified by the fact that Brazil is the largest producer of ethanol from sugarcane, being a fundamental sector for the Brazilian economy and agribusiness. This research resorted to a bibliographic review and the elaboration of a theoretical framework to evaluate the subject in question. The relevance of the study lies in deepening the debates about Agrarian and Economic Geography, areas that are widely debated in Geographical Science. We conclude that it is necessary to encourage the emergence of endogenous development forces, given the internationalization of Brazilian agriculture. For this, it is necessary to have a national project and a strategic alliance between farmers, businessmen and specialists, built from a deep democratic debate.

Keywords: Sugarcane sector; Deregulation; Territory; Globalization; internationalization.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo examinar a internacionalização da agricultura brasileira, com ênfase na produção sucroenergética, nos ares da mundialização, com vistas à circulação de capitais e bens nos cultivos de cana-de-açúcar e seus derivados.

As estruturas produtivas nos territórios têm formado um sistema mundial de produção, no qual, gradativamente, o controle do comércio internacional está sendo sucedido pelo controle global da produção. Dentro deste contexto, o deslocamento da base técnico-produtiva constitui um dos elementos mais significativos para os cientistas econômicos e sociais, particularmente aqueles da geografia econômica e agrária, ao examinarem as transformações das estruturas de produção nos espaços rurais, levando em consideração a formação de regiões agrícolas especializadas na movimentação global da produção agrícola (CASTILLO, et al, 2016).

Ao permitir que empresas multinacionais desempenhem um papel importante na venda de etanol, açúcar e bioeletricidade nos mercados domésticos, vemos um aumento da oligopólios na economia, já que esses produtos estão se tornando cada vez mais a multialização da produção. É importante levar em consideração as relações de subordinação existentes, pois elas determinam como a economia molda uma configuração espacial específica, enquanto participa da divisão internacional do trabalho e da acumulação do capital. Estas relações estão diretamente ligadas ao desenvolvimento de uma atividade produtiva, cuja intenção é atender às demandas do mercado internacional.

Diante disso, coloca-se a indagação central que norteará este trabalho: como ocorre a internacionalização da agricultura no Brasil, a partir do etanol? Essa questão se desdobra nos seguintes questionamentos específicos: Como se realiza o processo de utilização e apropriação do território através das práticas agrícolas internacionalizadas, com ênfase no cultivo de cana-de-açúcar em Brasil, no contexto da mundialização? Quais as características da reestruturação produtiva, no contexto da mundialização, no território brasileiro para uma agricultura internacionalizada?

O setor sucroenergético segue uma lógica internacional e atende a interesses internacionais, consolidando segmentos produtivos que trabalham para processar a cana-de-açúcar e produzir açúcar e etanol para consumidores de diversos países, incluindo a China, os Estados Unidos, a Coreia do Sul, Holanda e a Colômbia (UNICA, 2020). Esse sistema de produção é vantajoso para uma pequena classe de proprietários rurais que tem crescido como base política local. Eles geram lucro pela produção de produtos agrícolas, baseada em monoculturas intensivas reguladas por normas e certificados internacionais de cultivo de cana-de-açúcar. Através do acesso a benefícios, não só a uma elite agrária e política foram favorecidas, mas também uma elite industrial e financeira, perpetuando a divisão de classes existente no país.

Os procedimentos metodológicos adotados foram estruturados em três etapas; na primeira etapa, realizou levantamento das referências dos estudos bibliográficos (livros, artigos, teses e dissertações) para a sustentação das discussões teórico-conceituais sobre internacionalização do setor sucroenergético, e as atributos essenciais para ocupação territorial da agroindústria sucroenergética, a expansão do setor sucroenergético nos mercados de commodities sucroenergéticas, tendo como referência a produção e a exportação de etanol no território brasileiro. Na segunda etapa, concentrou-se na coleta e na análise dos dados secundários referentes à produção e a exportação de etanol, que são disponibilizados pela plataforma International Energy Agency (IEA), do Observatório da Cana, Ministério da Agricultura, Pecuária (Mapa), e pelo União da Indústria de cana-de-açúcar – UNICA. Terceira etapa, atentamos para a análise e organização dos dados coletados para elaboração de tabelas e gráficos para especializar o domínio de produção de cana-de-açúcar, bem como os usos do território brasileiro.

Espera-se que esta pesquisa ajude a compreender os impactos que a internacionalização provoca no setor sucroenergético de Minas Gerais, destacando tanto os impactos benéficos quanto aqueles maléficos que afetam a economia, cadeia produtiva da cana-de-açúcar e desenvolvimento sustentável do Estado. Esta investigação também poderá enriquecer as teorias existentes a respeito da internacionalização do setor.

Por meio da análise, buscamos avaliar as teorias usadas na internacionalização do setor sucroenergético para descobrir novos métodos de internacionalização na agri-

cultura que podem ser aproveitados por aqueles que querem se aprofundar sobre o tema, principalmente em relação ao agronegócio em um contexto global, bem como todas as transformações que afetam o setor.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: REFLEXÕES CONCEITUAIS E OS ENFOQUES NA GEOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

A Geografia contemporânea está cada vez mais enigmática, pois os avanços na base tecnológica e produtiva das corporações, juntamente com as normas implementadas pelo neoliberalismo, provocaram um amontoado de mudanças, desde a integração regional, à reestruturação produtiva, organizacional das organizações, na especialização territorial da produção, na configuração de conexões intrarregionais e internacionais, ao lado das inovações na postura do Estado na economia e nas questões sociais, vem influenciando profundamente a atualidade.

Milton Santos e Maria Laura Silveira examinaram os eventos que estão à base dos processos de "compartimentação do espaço" em seu artigo de 1996 intitulado "Globalização e Geografia: A compartimentação do espaço". Sua análise, contudo, vai além dos eventos, considerando também os mecanismos que determinam esses fenômenos para o resto do mundo (SANTOS E SILVEIRA, 1996). O período contemporâneo do mundo permite-nos refletir sobre o capitalismo neoliberal que é chamada pelos autores por globalização que deve ser com-preendida enquanto um conjunto dos objetos técnico-científicos, recursos financeiros e ações normativas que não se distribuem de forma homogênea entre os agentes e lugares, ligando ciência e tecnologia, criando um meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 1996).

Segundo o economista João Furtado e seu trabalho intitulado "Mundialização, Reestruturação e Competitividade: A Emergência de um Novo Regime Econômico e as Barreiras às Economias Periféricas" (1999), o período em questão destaca o início de um novo processo de acumulação econômica com a integração das economias periféricas no mercado mundial, que tem como base o compartilhamento dos conhecimentos tecnológicos provenientes da tríade eletrônica/informática/comunicação (FURTADO, 1999). De acordo com o autor, a mundialização vem com um conjunto de faces, tais como a

financeira, produtiva, tecnológica, comercial e territorial. Em cada uma delas, as economias periféricas se encontram em um confronto com as economias centrais, visando alcançar uma maior integração. Dessa forma, é intensificada a necessidade de competitividade no âmbito nacional (FURTADO, 1999).

Nesse contexto, a globalização pode ser entendida como a conexão entre o aspecto econômico e o político, que aumenta o poder das corporações e do governo para consolidar novas formas de acumulação de riquezas a nível mundial (FURTADO, 1999, p. 98). Todavia, a mundialização deve ser percebida como um catalisador para o crescimento do capitalismo nesta era; a globalização, como um mecanismo de excedente econômico atual.

Furtado (1999) se propôs a observar a problemática, concluindo que estamos na era de um novo sistema econômico, sendo este caracterizado pela presença de uma dimensão transcendendo os limites da região e se expandindo para além da realidade internacional de costume. O autor destaca que existem duas perspectivas a respeito do desenvolvimento da mundialização: a) aqueles que acreditam ser uma evolução da expansão comercial do século XIX; e b) aqueles que percebem a globalização como uma reação à interrupção do crescimento econômico das grandes guerras do século XX. Para ele, a mundialização representa um entrelaçamento entre o antigo e o moderno.

[...] a onda atual de mundialização consiste na expansão sem precedentes do sistema, numa escala ampliada, segundo modalidades e características próprias, distintas das anteriores e que rompem com suas trajetórias. Estabelece-se agora hierarquias sem nenhum precedente histórico, que ocorrem em três planos: o das frações do capital, o dos grupos sociais e o das regiões ou espaços. Mudaram concomitantemente as relações entre as diferentes modalidades da riqueza, com novos setores dominantes, sobretudo com a financeirização, com a busca de modalidades de valorização em que os grupos econômicos característicos do capital concentrado arbitram entre diferentes aplicações – em que funções produtivas e comerciais tomam cada vez mais as características próprias do capital financeiro (FURTADO, 1999, p. 100).

Com o advento de políticas neoliberais, as economias nacionais desfazem as barreiras de acesso para o comércio internacional, estimulando a presença de empresas multinacionais. Isso é conseguido por meio de incentivos fiscais e concessão de crédito, além de investimento na infraestrutura pública, destinado a beneficiar as empresas que

almejam produzir mercadorias destinadas ao mercado externo. Essas empresas, tanto nacionais como estrangeiras, são geralmente bem-sucedidas nesse contexto.

De acordo com Milton Santos, autor do livro "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal" (2004), os meios coercitivos de padronização global objetivam satisfazer os anseios de um mercado global que busca uma mais-valia universal, chamada por Santos (2004) de motor único. O autor atribui a criação deste único motor às múltiplas internacionalizações que ocorreram em meio à mundialização, levando a uma competitividade maior do que já foi vista anteriormente. Com isso, aqueles que não possuem meios de disputar acabam sendo absorvidos e extintos.

Para o autor,

[...] esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, como uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo (SANTOS, 2004, p. 30).

O motor único, ou seja, a globalização, tem avançado em diversos locais, devido às técnicas de produção uniformes, mencionadas por Santos (2004, 2009), que criam modelos comuns de produção e consumo. Estes são distribuídos em escala mundial para legitimar o processo de superprodução do sistema capitalista, e a partir disso, as economias nacionais entram em uma competição intensa, pois as empresas buscam apenas um objetivo: a rentabilidade. Através do desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação (SANTOS, 2004, 2009), a tecnologia consegue convergir e tornar possível a unicidade técnica entre os espaços produtivos e aqueles dedicados às tarefas de gestão e consumo. A incorporação dessas técnicas ao setor agrícola pressupõe uma conexão instantânea entre os participantes das etapas produtivas, as figuras ligadas à logística e aquelas vinculadas à parte financeira (SANTOS, 2004, 2009).

No texto "A relação entre espaço mundial e território nacional sob as dinâmicas da mundialização" de Álvaro Luis Heidrich de 2008, o autor se aprofunda na conexão entre os espaços globais e territórios nacionais, bem como nos efeitos das transformações globais que podem causar desequilíbrios na territorialidade e na organização do espaço nacional. De acordo com Heidrich (2008), existem processos mundiais que im-

pulsionam o espaço global, destacando-se o processo de transnacionalização das economias, fenômeno antigo, porém com novas regulamentações desenvolvidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, as áreas periféricas foram exploradas como fontes de recursos e trabalhadores para a ampliação do capital (HEIDRICH, 2008).

De acordo com Heidrich (2008), destacamos que as políticas de financiamento externo comandadas por organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, têm intensificado a dependência de financiamento externo de economias em desenvolvimento, elevando o nível da dívida pública e determinando que os governos implementem medidas de austeridade. À medida que o mundo evolui, existem dois sistemas, paralelos, que se desenvolvem de forma conjunta e conflituosa: os Estados-Nação e as Economias Internacionais. Para que a mundialização se concretize, é essencial a circulação de capitais entre os países, o que depende de uma regulamentação adequada dos mercados e da uniformização dos protocolos padronizados de produção e consumo.

Assim, é possível a efetiva acumulação econômica em escala global (HEIDRICH, 2008). Contudo, os laços comerciais têm alcance limitado, tanto no âmbito regional quanto internacional, ao promover a importação de matéria-prima e exportação de produtos fabricados - seguindo o modelo tradicional de comércio entre metrópole e colônia, praticado por países que já se encontravam dentro do sistema de comércio internacional. Esse fenômeno é comumente gerido por relações internacionais usuais entre nações. Em geral, isso se manifesta como uma relação de simetria comercial entre países de igual potencial econômico, bem como uma assimetria financeira onde nações de grande desenvolvimento explora os recursos naturais de Estados emergentes para, por fim, torná-los dependentes de produtos manufaturados (HEIDRICH, 2008).

De acordo com o trabalho de Michalet em seu livro "Capitalismo Mundo" (1983), a globalização das economias não é um fenômeno recente. Em sua perspectiva, que ultrapassa o âmbito do comércio internacional, ele assinala a formação das corporações transnacionais ou multi-nacionais americanas e europeias no final do século XIX. De acordo com o autor, houve uma grande distorção em relação às investigações em torno das companhias multinacionais, pois, essas empresas sempre foram avaliadas como

órgãos completamente separados das nações onde nasceram e operam. Tal consequência acarreta uma severa desvantagem de separar essa classe de companhia da economia na qual foi originada, convertendo-a em algo independente (MICHALET, 1983, p.30).

Desde os anos 50, o avanço do capitalismo foi marcado pela expansão das corporações transnacionais, lideradas pelos países de economia desenvolvida para os mercados emergentes. A industrialização teve um profundo impacto na América Latina, Caribe, África do Sul e Sudeste da Ásia, enaltecendo e consolidando as elites regionais na extração de recursos territoriais, como aqueles relacionados à agricultura e pecuária, e também na introdução de novas atividades, particularmente as industriais.

É nesse contexto que surge geografia da transnacionalidade como meio de se desviar das restrições locais. Passamos da internacionalização de mercadorias para a multinacionalização das corporações, caminhando para uma mundialização da produção. A atenção atual se volta para o controle da produção em nível global. A força motriz desse fenômeno está no domínio dos mercados produtivos de um modo transnacional e intersetorial, o que permite a multiplicidade de reprodução do sistema capitalista a partir da geração de bens, bem como a diversificação da área financeira pelos setores produtivos e a valorização do capital usuário e do capital rendista.

Desde sua criação, a mundialização tem sido parte essencial da estrutura do capitalismo. Todavia, isso sofre mudanças ao longo dos tempos, de acordo com o que observamos em MICHALET (1983) e HEIDRICH (2008). Sua contribuição política foi reforçada pelas ideias neoliberais que começaram a se popularizar a partir da década de 1970, essas sendo adotadas, principalmente, pelos países desenvolvidos. O embasamento técnico dessas estratégias se vale dos avanços tecnológicos como sistemas de telecomunicações, informática e eletrônica, causando a reestruturação produtiva e a criação de novas linhas de distribuição, produção e consumo, representadas, inicialmente, pela empresa multinacional.

As grandes corporações internacionais, ao longo dos anos, têm ajudado a melhor compreender a natureza do crescimento do capital ao longo das fronteiras. Estas empresas têm desempenhado um papel fundamental na exemplificação das redes e na argumentação do enfraquecimento dos limites entre os diferentes locais. Por sua vez,

elas são vistas como agentes independentes e importantes dentro da estrutura econômica mundial. As trocas comerciais contribuíram para a hipótese de que havia em curso um processo de globalização/desintegração geográfica.

O fato de o comércio de bens nacionais para outras nações colocar tanto a produção quanto o consumo destas na esfera global foi amplamente divulgado. De acordo com Heidrich (2008) e Michelet (1983), não é suficiente para uma empresa ser considerada multinacional ou global somente por comercializar seus produtos no mercado internacional ou abrir uma filial em outra nação. A extensão geográfica da produção e dos mercados está aumentando em escala mundial ou nacional, determinando padrões produtivos e de acumulação, influenciando as relações de trabalho e a reprodução social em nível internacional, promovendo mudanças na produção, nas relações de poder e na soberania entre Estados e empresas (MICHALET, 1983; HEIDRICH, 2008).

O comércio internacional é uma das muitas faces da mundialização, conforme aponta Michelet em seu trabalho "O que é mundialização" (2003). De acordo com o autor, a mundialização possui uma abrangência multidimensional, representada pelas trocas de bens e serviços, pela mobilização da produção e pelo fluxo de capitais financeiros (MICHALET, 2003, p. 15). Devido à complexidade de todos esses elementos e sua apresentação no território, que formam as redes, o autor indica que uma dimensão prevalece sobre as outras. Esta tem um crescimento mais alto, investimentos melhores e uma racionalidade específica, a qual configura a mundialização do capital (MICHALET, 2003). Procurando abordar o fenômeno da mundialização de uma forma diferente, Michelet (2003) argumenta que essa é uma situação complexa, e identifica três configurações: internacional, multinacional e global (MICHALET, 2003).

A substituição do Fordismo como meio de regulação dos fluxos econômicos e sociais se tornou uma questão fundamental para que o capital obtivesse maior fluidez e capacidade de se reproduzir (HARVEY, 2012). A expansão do modo de acumulação e a remoção de entraves para sua reprodução transformaram-se em objetivos relevantes a partir dos anos 70 (HARVEY, 2012). O Estado precisava diminuir seu poder de intervenção para que a produção e o consumo pudessem crescer. A "mão invisível" do mercado deve reinar, como tem acontecido em muitos casos (HARVEY, 2012). Verificamos que,

em algumas circunstâncias, a interferência do governo não desapareceu, ao contrário, foi reforçada, sendo um dos casos no Brasil, onde políticas foram criadas para controlar o mercado.

Entretanto, o crescimento da área produtiva e de consumo não se estabeleceu em todos os lugares, mas foi selecionado de forma estratégica, privando de benefícios aquelas áreas que não ofereciam lucros imediatos, tornando-as, assim, áreas de reserva dentro do território. Enquanto estratégia fordista, a globalização possibilitou que economias frágeis recebessem investimentos de fora e ampliassem suas configurações econômicas. Isso possibilitou não só o comércio, como também contribuiu para a dependência de uma nação à outra (HARVEY, 2012). Segundo David Harvey, esse movimento gerou flutuações e desequilíbrios no mercado global, pois a estagnação dos ciclos econômicos regionais foi compensada por um considerável aumento da economia global.

Entender o processo de internacionalização significa falar sobre o capitalismo como um meio de produção e apropriação, que não se restringe a um espaço territorial. Sua sobrevivência depende das conexões estabelecidas entre países e regiões diversas. A atividade em territórios nacionais é guiada por um sistema internacional de técnicas e práticas que organiza, otimiza e uniformiza o processo de produção, circulação e consumo; um motor que impulsiona a economia e a sociedade (MICHALET, 2003; SANTOS, 2009).

Neste início de século XXI, vivenciamos profundas mudanças econômicas, sociais e políticas, que se manifestam diante do cenário de globalização que estamos vivenciando. E essas transformações geográficas estão na raiz desses processos de mudanças territoriais. Para entender os mecanismos desta realidade nova, o livro de Georges Benko, “Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI” (1996), é uma leitura necessária.

A definição por Benko (1996) ao entender que a mundialização.

[...] designa o espaço de acumulação flexível que se caracteriza por uma hiper-mobilidade do capital, tendendo a uma existência monádica, e pela integração flexível de uma pluralidade irredutível de estratégias de exploração e de modos de dominação que põe em concorrência os assalariados, no seio,

digamos assim, de uma imensa jornada de trabalho em escala planetária (BENKO, 1996, p.42).

De acordo com Benko (1996), a mundialização engloba quatro perspectivas espaço-temporais: a movimentação de capitais, a formação de blocos econômicos, a transnacionalização da economia e do comércio e, por último, o papel do Estado no território. Ao avaliar essas diversas faces da mundialização, observamos que ela ultrapassa a distinção entre local e global, indo de encontro à lógica de complementaridade.

Concordando com o conceito de mundialização, seguimos a visão de Milton Santos sobre a totalidade-mundo e os locais presentes em seu livro "A Natureza do Espaço: Espaço e Tempo, Razão e Emoção" (2009) para a análise da materialidade do objeto de estudo. Desta forma, o Brasil torna-se parte da economia mundial, através da produção e comercialização de etanol, açúcar e bioeletricidade, tendo sua produção influenciada por regulamentações externas e controladas nos mercados de produção e consumo. Esta movimentação capitalista e mercantil em territórios desiguais tem repercussões socioespaciais no país.

A Mundialização e a Globalização estão intimamente ligadas, sendo usadas por vezes como sinônimos ou até mesmo como termos que abrangem o mesmo significado. No entanto, François Chesnais realizou uma análise da mundialização do capital e observou a ideologia por trás da globalização. Portanto, o autor explicita as distinções e torna claro que o termo "global" criado pelas escolas de administração de empresas norte-americanas e disseminado pelas multinacionais a partir dos anos 1980, está impregnado de ideologias e propaga a visão de uma homogeneidade entre os locais, sem barreiras, algo que faz total sentido dentro da ideologia neoliberal.

Segundo Chesnais (1996), a globalização consiste na libertação de forças de mercado até então impedidas pelas barreiras construídas durante a primeira metade do século XX. O autor acredita que ela não se limita apenas à movimentação comercial, mas também engloba as atividades financeiras. A palavra mundialização sugere um processo desafiador de aproveitamento de seções do espaço geográfico, com base nas possibilidades práticas de amontoamento. Em outras palavras, esta mundialização, ainda de acordo com Chesnais, relaciona-se diretamente à exploração dos trabalhadores.

O fato de colar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado (campo este que podemos também designar como o âmbito que as empresas transnacionais definiram para elaborar suas estratégias “globais”) é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados (e também as formas de mercado) internos, até mesmo nos países mais fortes. A mundialização do capital apresenta-se, portanto, como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (CHESNAIS, 1996, p 06).

Segundo Chesnais (1996), o atual estágio do capitalismo que o mundo está experimentando é conhecido como mundialização do capital. O autor acredita que, nesse “novo estágio”, determinadas características da mundialização do capital necessitam ser consideradas, especialmente os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs), pois, de acordo com ele, eles ultrapassaram as fronteiras do comércio internacional e se tornaram altamente concentrados dentro dos países. No entanto, o capitalismo monopolista transnacional exerce sua dominação política e social na arena das mercadorias.

Neste estágio do capitalismo da globalização financeira, em que as transações e os mercados monetários desempenham um papel mais significativo na economia mundial, é essencial entender as modificações no mundo econômico, bem como suas repercussões nas sociedades. É imprescindível avaliar a necessidade de se criar novas possibilidades de aplicação de capital, desregulando a economia e derrubando as fronteiras territoriais, garantindo assim a livre circulação de capitais a nível mundial. Ainda assim, é essencial pontuar que essa gama de fatores criou um cenário adequado e atrativo para que os Investimentos Estrangeiros Diretos encontrassem seu lugar no setor sucroenergético brasileiro. Para que isso fosse possível, o Estado brasileiro adotou políticas neoliberais a partir da década de 1980, que ampliaram a circulação global de capitais, e, assim, estimularam os IEDs e os F&As.

O COMÉRCIO E A FORMAÇÃO DE MERCADOS REGIONAIS NA ESCALA INTERNACIONAL

A década de 1990 foi marcada por transformações significativas na economia brasileira. O Plano Real foi responsável pela redução dos preços das tarifas e estabilização da inflação. Privatizações também foram implementadas, passando ativos públicos para a iniciativa privada, numa nova dinâmica capitalista. Essa finança capitalista historicamente constituída impõe desafios para a consecução de uma efetiva democracia na questão da terra e do território no país (MOREIRA E CORREIA 1997). Essas medidas visavam a promover maior competitividade para a economia brasileira no cenário global, que está se configurando com a formação de blocos e acordos comerciais regionais, conforme a tendência dominante.

De acordo com Arbache (2002), um clássico estudo de relações internacionais com base na teoria de Ricardo apontou que o fator trabalho é importante para criar competitividade. Porém, os avanços no sistema de comunicação e transporte e a tática de divisão da produção indicam que a dimensão espacial deve ser levada em consideração com maior cautela, não somente por meio da localização, mas pela perspectiva das ligações políticas entre as nações (ARBACHE, 2002). As dinâmicas políticas internas de cada país devem ser levadas em conta como elementos que fundamentam a expansão do comércio entre nações (ARBACHE, 2002).

Diante destas circunstâncias, espaço e tempo experimentam transformações a partir da tecnologia e informação, entrelaçando-se com a tecnologia, a sociedade e o espaço. Desta forma, o último desses fatores tem o dever de organizar o conceito e o emprego do tempo em uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999). A ideia de um mundo unificado com redução das distâncias e aceleração da velocidade das transações é dada de forma excludente. De acordo com Castells (1999), a globalização impulsiona a regionalização. Isso significa que, quanto mais globalizado o mundo se torna, maior é o índice de regionalização em escala mundial, sendo as decisões tomadas em determinados pontos da rede, que são conectados com outras redes regionais a nível global. Em sua análise sobre o funcionamento das redes das cidades globais, Castells (1999, p. 471) aponta que

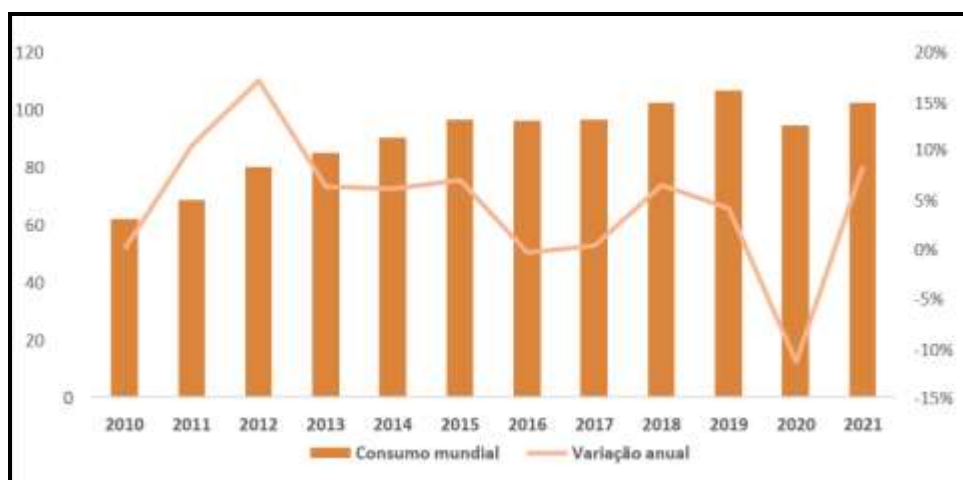
[...] cada país a arquitetura de formação de redes reduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado em âmbito glo-

bal. Os territórios em torno desses nós desempenham uma função cada vez mais subordinada, às vezes perdendo a importância.

A recente lógica de espaço em que a mobilidade e a conexão dos fluxos assumem centralidade impõe um padrão de funcionamento econômico e social (CASTELLS, 1999). Notamos um predomínio de formação de um mercado de consumo a nível regional, restrito a alguns países. Esta constatação permite identificar a existência de um centro de controle econômico, político e espacial, no que diz respeito à produção de açúcar no Brasil. Os fluxos de etanol não são localizados em áreas restritas, mas, pelo contrário, se desenrolam como processos, que utilizam nós de rede para estabelecer uma hierarquia entre os locais.

O Brasil detém o título de maior produtor de cana-de-açúcar e, também, segundo maior exportador mundial de etanol. Além de suprir as necessidades internas, nosso biocombustível é importante para a economia global, abastecendo a demanda externa e contribuindo para a aquisição de divisas. Observando o (gráfico 1) os últimos onze anos, o consumo de etanol apresentou uma aceleração de 65%. O máximo foi alcançado em 2019, quando foram consumidos 106385 M/ litros, seguido de um decréscimo no ano seguinte, provocado pela pandemia de Coronavírus. Contudo, 2021 já começa a demonstrar um aquecimento no consumo, sinalizando um aumento de 8%, somando 102054 M/ litros. A procura global de etanol é impactada pela imposição de legislações como as misturas obrigatórias, para encorajar o uso do combustível.

Gráfico 1- Consumo de etanol no mundo (Bilhões de litros)

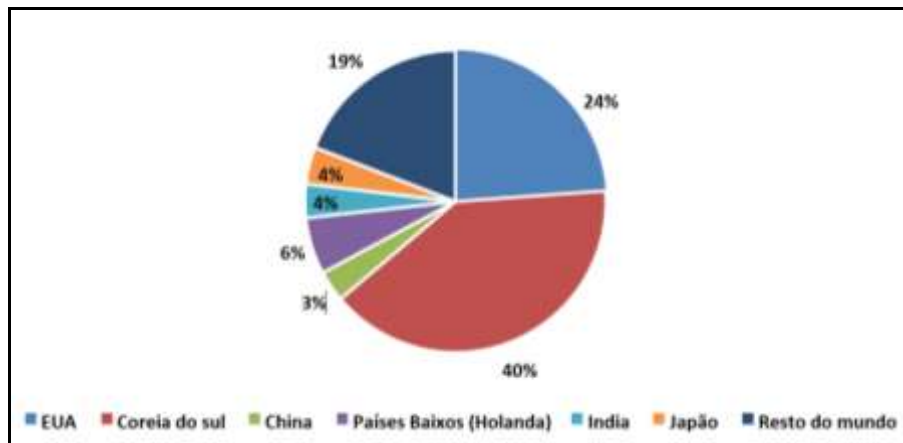


Fonte: EIA, 2021; Elaboração própria

Com as escaladas dos preços causadas pelos conflitos na Ucrânia, 2021 testemunhou uma desaceleração na procura por biocombustíveis, apesar de já se estar a recuperar de uma crise anterior. Isto levou países como Argentina, Colômbia e Indonésia a conterem a alta nos preços, pondo em ação medidas como a redução ou a suspensão dos seus mandatos de mistura.

O (gráfico 2) estão representados os destinos da produção de etanol, cuja os parceiros comerciais do Brasil estão em todos os continentes, com destaque para Coreia do Sul; EUA; Países Baixos (Holanda); Índia e Japão que aparecem como os principais importadores de etanol brasileiro, com volumes de 2,443 milhões de toneladas e 2,390 milhões de toneladas, respectivamente.

Gráfico 2- Países importadores do etanol brasileiro (2021)



Fonte: MAPA (2021); Elaboração própria

É notável a expansão do comércio internacional por regiões globais. O tamanho das operações pode variar com a safra e o período de exportação, entretanto, a demanda desses mercados acarreta nas produtoras a obrigação de atender às normas impostas por seus regulamentos. Em nível global, as corporações constituem os principais concorrentes. Nesse sentido, destacamos a importância das diretrizes de Estado para auxiliar a internacionalização das empresas. Dessa forma, entendemos a internacionalização como um pilar político do Estado para proporcionar a expansão de suas organizações.

A circulação contém um aspecto político relevante. Não é suficiente apenas possuir a mercadoria, as leis e os regramentos para movimentar tudo, ou possuir os fixos geográficos, como portos, estradas e pontes. Torna-se necessária a interferência do Estado através de concessões, acordos transfronteiriços, estímulo aos produtores e manutenção deste sistema. A circulação se apresenta como um fenômeno relevante para a economia, política. Isso provoca a criação de uma série de redes que se inicia com a rede de relações diplomáticas entre países. Essas redes também abrangem as trocas financeiras, econômicas e tecnológicas, que configuram um ramo complexo de fluxos. Desta maneira, a colonização política e econômica também representa uma forma de colonização espacial, ao promover o vínculo entre as partes envolvidas.

De acordo com A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA, 2021), a União Europeia é a maior importadora global de etanol, detendo 16% dos embarques no ano passado. Todavia, seu peso no comércio internacional com o Brasil é reduzido, apesar do potencial consumidor. Até 2008, a União Europeia era o principal empreendedor dos negócios com o Brasil, porém, desde a implantação da RED, em 2009, nota-se um declínio nas relações comerciais.

Ao estabelecer o acordo comercial MERCOSUL-UE em 2019, foi criada uma cota de 200 mil toneladas de etanol biocombustível, tendo direito a isenção de impostos entre os países produtores, o que levou às exportações brasileiras crescendo consideravelmente nos últimos dois anos. Por conta disso, o Brasil se destaca ao obter reconhecimentos e certificações de qualidade, pois o eixo do RenovaBio tem como objetivo demonstrar à UE a eficiência ambiental do produto brasileiro.

No (Gráfico 03), vemos que o Brasil não teve participação relevante nas importações europeias durante o início da década passada, desacreditando o potencial comercial brasileiro mesmo com a evolução da matriz energética para biocombustíveis. Ainda assim, observamos que os Países Baixos são responsáveis por grande parte das exportações de etanol direcionadas para a União Europeia.

Gráfico 3- Exportações do etanol brasileiro para o mundo e UE (Bilhões de litros)



Fonte: UNICA (2021); Elaboração própria

Com o passar dos anos, o mercado asiático tem crescido e é previsível que a energia produzida por biocombustíveis se torne central na matriz energética desses países. A Ásia tem se mostrado mais interessada no uso de etanol de médio prazo, devido a seus habitantes optarem por veículos e os problemas ambientais que enfrentam, exigindo soluções energéticas renováveis. No (Gráfico 04), é possível notar o avanço das exportações brasileiras desde 2013, motivado pela imposição de misturas obrigatórias para alcançar os requisitos estabelecidos após o Acordo de Paris. Embora aproximadamente 98% dos países optassem por utilizar a mistura E10 no começo da década passada (UNICA, 2021), agora essa porcentagem aumentou significativamente.

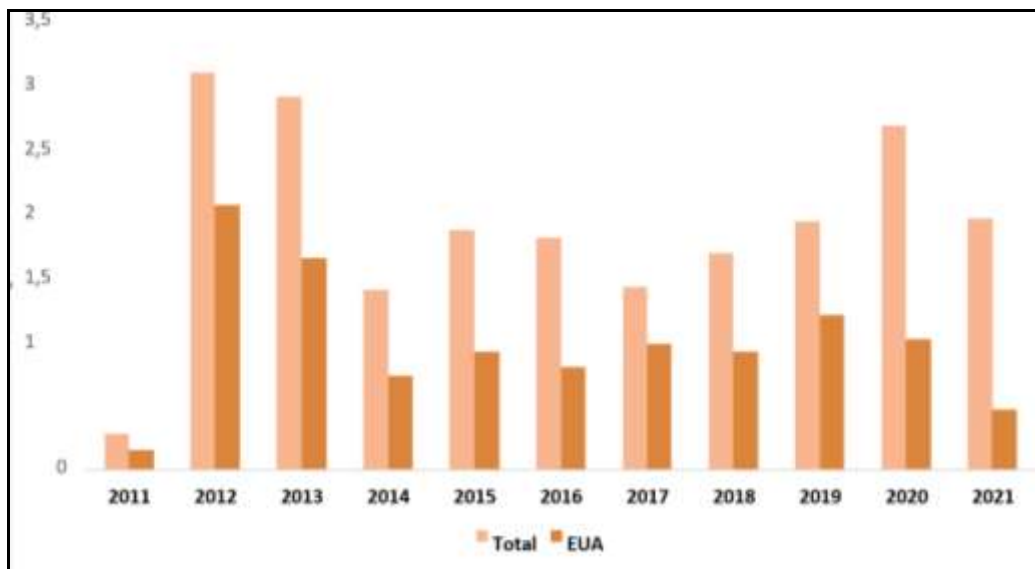
Gráfico 4- Exportações do etanol brasileiro para o mundo e Ásia (Bilhões de litros)



Fonte: UNICA (2021); Elaboração própria

Produzido a partir do milho, o etanol norte-americano representa a maior ameaça ao produto brasileiro. Embora ocupem o posto de maior produtor mundial, os Estados Unidos necessitam de biocombustíveis avançados, como o etanol de cana-de-açúcar, para atender à demanda estabelecida pelo para 2020. A crescente necessidade de biocombustível para 2020 resultou em um mandato para aproximadamente 20 bilhões de litros, especialmente para acompanhar a Norma de Biocombustíveis de Baixo Carbono da Califórnia, cuja demanda por produtos brasileiros foi de 90% no último ano (RFA, 2021).

Gráfico 5- Exportações do etanol brasileiro para o mundo e EUA (Bilhões de litros)



Fonte: UNICA (2021); Elaboração própria

A partir de 2012, a abolição da taxa secundária Volumetric Ethanol Excise Tax Credit - um imposto de US\$ 0,54 por galão de etanol importado, combinado com o subsídio de US\$ 0,45 por galão de etanol produzido nos EUA - gerou um boom nas importações americanas. No entanto, o quadro de safras subsequentes limitou o cumprimento da demanda por produtos brasileiros. A partir de 2014, as importações aumentaram significativamente, mas a pandemia em 2020 e 2021 impediu que este nível se mantivesse alto, pois a procura mundial caiu drasticamente, prejudicando as exportações e

não havendo muita necessidade de adquirir produtos brasileiros, a não ser para suprir a necessidade de artigos de alto nível tecnológico.

A mobilidade passa a fazer parte da realidade e das ações econômicas dos locais, permitindo a especialização e a diferenciação deles de acordo com suas capacidades de produzir e distribuir produtos. A complexidade dos fluxos é essencial para a hierarquização e a desigualdade territorial, reforçando a dependência entre regiões. Podemos verificar que a produção de etanol C desenvolveu mercados regionais na escala internacional, com um alcance que vai da Europa à Ásia e à América. Porém, o consumo deste tipo de etanol produzido na Região Centro-Sul do Brasil parece estar concentrado nos mercados europeus.

De acordo com os dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (UNICA, 2021), a região Centro-Sul do Brasil processou 590,36 milhões de toneladas de cana-de-açúcar durante a safra 2019/2020, um aumento de 3% em relação à temporada anterior de 2018/2019, que somou 573,17 milhões de toneladas. É inegável que o Brasil é o líder mundial em termos de área plantada e produção de cana-de-açúcar (FAO, 2020). O Brasil, detentor do maior percentual de exportações de açúcar (40% do comércio global) e a segunda maior fabricante de etanol, segundo o USDA (2020), é uma das principais potências mundiais.

De acordo com Arbache (2002), as teorias que explicam a organização do comércio internacional moderno baseado em redes de informação identificam que os países do Sul ocupam o posto de exportadores de mercadorias em virtude das características socioeconômicas como níveis reduzidos de educação e salários mais baixos pagos aos trabalhadores das empresas exportadoras de produtos com pouco valor agregado, como bens agrícolas e minerais.

Nesse contexto, o desenvolvimento econômico e social das nações de capitalismo tardio tende a depender fortemente dos países de capitalismo avançado. Com efeito, os métodos de exploração estabelecidos durante a colonização clássica passaram a ser suplantados por uma colonização financeira, explorando assim os recursos disponíveis nos países do Sul, que os direciona para produção de mercadorias para os países do Norte.

Neste cenário, as regiões e localidades não somem; ao invés disso, são inseridas em complexas redes internacionais que conectam seus segmentos mais vibrantes (CASTELS, 1999). A dinâmica da competitividade se reflete em todas as atividades agrícolas, mas a procura não ocorre por meio de desapropriação, e sim através de uma flexibilidade nas forças produtivas e sociais, bem como nas leis. A expansão dos fluxos, enquanto processo de uma regionalização em âmbito mundial, gera um valor universal, a partir da internacionalização da produção.

Identificamos que a produção de açúcar e etanol na região Centro-Sul do Brasil é predominantemente exportada, sendo direcionada para países da Ásia e Estados Unidos, o que não é casualidade, pois esses mercados são os principais responsáveis por impor barreiras para o setor, ditando, assim, as práticas produtivas desta área. Os limites territoriais são estabelecidos por um conjunto de atores locais e globais, que desempenham papel direto ou indireto neste processo. Esta configuração pode mudar drasticamente ao longo do tempo de acordo com os interesses de quem detém o discurso de desenvolvimento, e as ações governamentais que os respaldam. Isso altera drasticamente o modo de vida e o uso do território. O uso da cana-de-açúcar deixou de se limitar ao contexto regional e nacional, sendo invadido por agentes externos que apropriam e monopolizam os meios de produção. É importante destacar o papel que agentes locais desempenham na formação de circuitos produtivos estabelecidos historicamente na região Centro-Sul do Brasil.

Considerações finais

A globalização financeira é o catalisador que motiva a configuração da produção e a distribuição do trabalho a nível internacional, padronizando processos produtivos e relações entre nações. Além disso, justifica as desigualdades territoriais e geram mercadorias e riqueza de alcance planetário. Refletimos sobre como o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, resultante da internacionalização, impacta a utilização do território.

A mundialização aqui é vista como a força motriz da acumulação inter e intrateritorial. Ao considerar a agricultura como uma possível propulsora do desenvolvimento

econômico, devemos levar em conta que ela pode não ter o mesmo efeito sobre a dimensão social. Nesta análise, é essencial levar em conta o cenário macroeconômico, tendo como fundamento a acumulação capitalista.

O capital financeiro tem sido um importante catalisador na criação do mundo comercial atual. A mundialização reflete as variadas trocas de produtos e serviços, bem como o fluxo de capitais financeiros e bens. Com o aumento da internacionalização, vários territórios passaram por mudanças significativas em seus sistemas econômicos. Além do comércio, os investimentos externos passaram a ser aplicados em economias mais vulneráveis, o que acabou gerando alterações na legislação e na estrutura social. Esta influência externa contribuiu para a manutenção de um desequilíbrio entre países, criando uma relação de subordinação e dependência.

A internacionalização exerce uma influência significativa sobre os usos e as transformações territoriais das áreas agrícolas do Centro-Sul do Brasil, particularmente no setor de produção de açúcar e seus derivados. O mundo globalizado selecionou a região Centro-Sul do Brasil devido às suas vantagens geográficas, infraestruturais e interesses políticos, ajudando a reproduzir o capital no campo. A internacionalização das mercadorias exige que as fronteiras sejam permeáveis, favorecendo o fluxo de comércio entre os países, fornecendo as condições necessárias para que o mundo funcione da melhor forma possível.

A multipolaridade global descansa na conformidade e na hierarquização dos espaços. O domínio e a gestão dos mercados de produtores de mercadorias estão sujeitos a uma única força de exploração e extorsão das forças produtivas que, combinado aos princípios neoliberais, relega a soberania nacional em benefício de um projeto de globalização de produtos agrícolas, cujo método principal é a internacionalização de matérias-primas agrícolas.

É imperativo quebrar essa lógica de desenvolvimento inadequada, permitindo que haja meios próprios de progresso para competir com a internacionalização da agricultura. É necessário estabelecer uma diretriz de trabalho que defina metas, cronogramas, procedimentos de fiscalização, direcionamento, aferição e vigilância. O Brasil necessita de uma visão de país, fundada numa avaliação criteriosa de sua história e con-

texto atual, assim como de uma proposta de qual país almejamos e somos capazes de nos tornar. Por essa razão, requer-se reflexão a curto, médio e longo prazo. Esta ideia deve vir a ser resultado de uma discussão democrática profunda, que fortaleça a união entre trabalhadores, empresários e a academia brasileira.

Referencias

ARBACHE, Jorge Saba. **Comércio internacional, competitividade e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2002.

ARROYO, M. **Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental**. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 209-242.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERIO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, p. 259-282, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. 8ª ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996

EPE Empresa de Pesquisa Energética. **Análise de Conjuntura de Biocombustíveis**. 2021 Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/>> Acesso em 07 de jan de 2023.

FURTADO, João. Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um ovo regime econômico e as barreiras às economias periféricas. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 53, p 97-1118, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HEIDRICH, Álvaro Luis. A relação entre espaço mundial e território nacional sob as dinâmicas da mundialização In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N; CORRÊA, A. de M. (Orgs.) **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina; Anpege, Faperj, 2008, vol 1, p. 77-91.

IEA (2018), Renewables 2018, IEA, Paris. Disponível em <: <https://www.iea.org/reports/renewables-2018>. Acessado em 01/01/2023

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Censo Agropecuário de 2017. Disponível em < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.htm>> | Acessado em 01/01/2023.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Faostat, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat>. Acesso em: jan. 2023. USDA.

United States Department of Agriculture. Sugar: world markets and trade, 2020. Disponível em: <http://www.usda.gov>. Acesso em: jan./2023.

. União da Indústria de Cana-de-açúcar. Observatório da Cana, 2022. Disponível em: <https://observatoriodacana.com.br>. Acesso em: jan. 2023.

UNICADATA. Banco de dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar. 2018. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Exportações Brasileiras de Etanol - Comércio Exterior Brasileiro 2019**. Brasília: MAPA, 2020.

MICHALET, C. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

MICHALET, C. **O que é mundialização**. São Paulo. Loyola 2003.

MOREIRA, M. M., CORREA, P. G. (1996). **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo**. Texto para Discussão 49. Rio de Janeiro: BNDES.

OLIVEIRA, A. U. A. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e geografia. A compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia: dossiê geografia e globalização**. Presidente Prudente, n 18, p. 5 a 17, Jul. 1996.

Daniel Féo Castro de Araújo - Possui Graduação em Geografia e Mestrado em Ciências Sociais ênfase em Sociologia e Antropologia cursados pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas na área de Geografia Agrária, Econômica e Regional com ênfase nos seguintes temas: Modernização territorial, dinâmica dos lugares, redes e circuitos espaciais de produção, circuitos da economia urbana, região e regionalização, regiões agrícolas, agronegócio e dinâmicas territoriais, urbanização e agronegócio, globalização e financeirização da agricultura.

Recebido para publicação em 17 de janeiro de 2023.

Aceito para publicação em 04 de agosto de 2023.

Publicado em 17 de agosto de 2023.